



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL

ADALEIDE NUNES DA SILVA VIEIRA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DI EM TURMAS REGULARES:
DIREITO A TER DIREITOS E CIDADANIA**

Piritiba, novembro de 2015.

ADALEIDE NUNES DA SILVA VIEIRA

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DI EM TURMAS REGULARES:
DIREITO A TER DIREITOS E CIDADANIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Orientação da Professora Dr^a. Maria Helenice Barroso

Piritiba, novembro de 2015.

TERMO DE APROVAÇÃO

Comissão Examinadora:

Profa. Dr^a Maria Helenice Barroso
SEEDF/UnB – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Renata Jesus Costa
UnB – Universidade de Brasília

Dedico à minha família, que é a minha estrutura.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, por iluminar e guiar meu caminho.

Ao meu esposo Sérgio Jacobina, pela paciência durante as horas destinadas ao trabalho e estudo.

Às minhas filhas Bianca Jacobina e Bruna Jacobina, que são o meu alicerce e força para os percalços da vida.

À minha orientadora Prof^a Maria Helenice Barroso, pela paciência e ajuda na confecção do trabalho.

À Diretora Aninha e todo corpo docente e discente da Escola Constantina Vieira, que contribuiu com mais uma etapa acadêmica.

À minha amiga Rosilane Brandão, pelo incentivo e ajuda constante.

E a todos as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com o trabalho.

RESUMO

A inclusão de alunos especiais em turmas regulares é essencial para o aprendizado e socialização dos mesmos. Além disso, está garantido em lei o direito ao acesso e permanência nas escolas, com qualidade. Assim, a escola tem por responsabilidade de adotar procedimentos e métodos que os amparem, planejando e reformulando os conteúdos para que os mesmos sejam atendidos, considerando seus limites e possibilidades na construção do conhecimento. O estudo foi realizado com alunos da turma do quinto ano da Escola Municipal Professora Constantina Vieira de Araújo-BA. Essa pesquisa tem como objetivos promover uma ampla reflexão acerca da Educação em e para os Direitos Humanos como garantia de respeito à diversidade e pluralidade no espaço escolar, promovendo assim a inclusão do aluno com Deficiência Intelectual (DI); detectar e analisar situações de discriminação em sala de aula, relacionadas aos alunos DI; fomentar o hábito de cooperação entre os alunos visando a integração do aluno com DI; desenvolver estratégias pedagógicas que atendam às dificuldades desses alunos, de modo que possam adquirir hábitos de participação e interação para a construção do conhecimento. Adotei como metodologia a coleta de dados com o uso de questionários e como ação interventiva a promoção de debates. A pesquisa demonstrou que a integração é difícil, mas, não é impossível.

Palavras-chave: inclusão, déficit, procedimentos, cooperação, cidadania.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
LISTA DE QUADROS, TABELAS OU GRÁFICOS.....	viii
INTRODUÇÃO.....	9
1 INCLUSÃO ESCOLAR: A INCLUSÃO ONTEM E HOJE.....	15
2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A PROPOSTA DE ENSINO.....	21
3 CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
APÊNDICES.....	33
A – COMPREENSÃO TEXTUAL: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.....	33
B – FICHA DE AVALIAÇÃO.....	36
C – TEXTO SOBRE A CONFIANÇA.....	37
D – DIFERENÇAS.....	38
ANEXOS.....	40
A – Aceite Institucional	

LISTA DE QUADROS, TABELAS OU GRÁFICOS

QUADRO 1- Dados cadastrais da Unidade Escolar.....	24
GRÁFICO 1 – Conhecendo o aluno com deficiência intelectual.....	27
GRÁFICO 2 – A cidadania começa já na escola.....	28
GRÁFICO 3 – Em relação ao nosso direito de ir e vir.....	28
GRÁFICO 4 – No que diz respeito à integração.....	29

INTRODUÇÃO

Um grande movimento de inclusão escolar vem se consolidando no Brasil desde a década de noventa, pois a legislação brasileira ampara a escolarização das pessoas com necessidades especiais, como também os debates e publicações acadêmicas contribuem com o movimento (MANTOAN, 2006, p.33). Onde o mesmo visa garantir o acesso e permanência de todas as crianças e adolescentes com DI (Deficiência Intelectual) e outros tipos de necessidades especiais, na escola, com sucesso de aprendizagem.

Entretanto, apesar da legislação garantir esse Direito Humano básico, que é o direito à educação, os números demonstram que a escola não tem conseguido obter os resultados esperados com a inclusão. Pois segundo o MEC, as mudanças necessárias para alcançar êxito na inclusão, transcendem o nível da didática e, exigem investimentos contínuos e dependem, em grande parte, da existência de projeto político-pedagógico que dêem suporte as mudanças legislativas, as quais se ocupariam da criação de normas de escasso valor, se tornadas como obrigação pura e simples.

Com base nas observações durante minha prática profissional, percebo que se torna necessário inserir o aluno com deficiência em turmas regulares, para que este seja integrado ao meio social, valorizado e aprenda agir com autonomia, e com capacidade de enfrentar desafios. A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, por exigir igualdade de oportunidades e também igualdade de tratamento.

Tais reflexões fazem suscitar uma relevante questão: o que leva a exclusão, dos alunos com déficit de aprendizado na Escola Municipal Professora Constantina Vieira de Araújo-BA? Na busca de responder a essa questão norteadora, na presente pesquisa será abordada a importância de incluir o deficiente na proposta pedagógica desenvolvida em turmas regulares de ensino, considerando seus limites e possibilidades, e através da mesma, buscar estratégias que possam ampliar a construção de seus conhecimentos.

Mediante a necessidade de inclusão dos alunos e alunas, do 5º ano da Escola Municipal Professora Constantina Vieira de Araújo, com dificuldades de aprendizagem nas tarefas escolares, nas atividades de intervenção e nos grupos de

estudo, desenvolve-se este trabalho com propósito de inserir o aluno deficiente em atividades cooperativas, assim como, garantir a todo corpo discente à prática da cidadania e a diversidade.

A referida pesquisa tem como objetivo geral promover uma ampla reflexão crítica acerca do aluno com deficiência intelectual e a necessidade da Educação em Direitos Humanos como garantia de respeito à diversidade e pluralidade no espaço escolar. Os objetivos específicos da pesquisa visam detectar e analisar situações de discriminação em sala de aula, com alunos que apresentam deficiência no aprendizado; fomentar o hábito de cooperação, a fim de integrar o aluno deficiente com os demais educandos; desenvolver estratégias pedagógicas específicas, que atendam as dificuldades dos alunos, de modo que possam adquirir hábitos de participação e interação, no que se refere à construção do conhecimento.

Segundo Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (1988, p. 69). Diante dessa expressão, sabe-se que, quando transmitimos o que sabemos aprendemos mais ainda, trocando ideias e conhecimentos com colegas, seja em sala de aula ou não. Assim, acredito que desenvolver um trabalho nesse âmbito terá retorno positivo de aprendizagem e interação social.

Segundo Mantoan (2006, p.18) para instaurar uma condição de igualdade nas escolas não se concebe que todos os alunos sejam iguais em tudo, como é o caso do “modelo escolar” mais reconhecido ainda hoje. Para ela é necessário as suas desigualdades naturais e sociais, que são os esforços da modernidade para superar o que se chamou de “estado da natureza”, a fim de domesticar os que diferem do padrão.

Baseado na fala da autora cabe ao profissional da educação diagnosticar a deficiência e planejar atividades que atendam aos alunos provenientes desta particularidade. A autora ainda afirma, que à igualdade não é um objetivo a atingir, mas, um ponto de partida, uma suposição a ser mantida em qualquer circunstância, ou seja, os alunos jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças. Para tanto é preciso romper com a segregação, com a discriminação e o esquecimento. Se o sistema de ensino visa qualidade, como bem afirma Mantoan (2006), percebe-se a necessidade de um espaço escolar construído como espaço

de igualdades de direitos, onde a diversidade seja respeitada e a cidadania uma prática cotidiana. Essa é uma condição imprescindível para esse novo paradigma de educação com vistas à inserção.

Mas, como ter qualidade com salas de aula superlotadas? Onde o professor tem de apresentar para toda turma o conteúdo e cumprir normas da escola, por exemplo. E como desenvolver o atendimento individual, sendo que, só há um único regente e as salas cheias de alunos com dificuldades diversas?

Sabe-se que, o sistema educacional vem enfrentando muitas dificuldades para garantir uma escola para todos, onde os deficientes sejam atendidos por uma proposta inovada e adotada pelos profissionais da educação. Cabe lembrar que, a maioria dos professores não está capacitada para atender esse tipo de aluno, devendo assim, projetar formas de prover conhecimentos aproximando o mais possível do conteúdo e necessidades, buscando estratégias para enfrentar as diversidades, com propósito de nunca deixar de lado um ser que tem direito de ingressar em um novo mundo.

A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) deixa claro que o ensino especial é uma modalidade, e deve perpassar o ensino comum em todos os níveis da escola básica ao ensino superior. Assegurando não só o acesso, mas a permanência.

A formação de profissionais na educação inclusiva é de fundamental importância, para garantir a matrícula a todos os alunos no ensino regular. O sistema de ensino deve comprometer-se com a formação continuada do professor no âmbito das necessidades educacionais especiais, com perspectiva de implantar novas proposta e práticas de ensino, acatando assim as características de cada aluno. Atualmente ouvimos os professores comentar que enfrentam dificuldades em promover o ensino para alunos que apresentam deficiência no aprendizado, por não compreenderem como inserir esse aluno no momento da aula e quais as intervenções necessárias para integrar o mesmo no meio social.

Segundo Mantoan (2006),

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos. Todavia, se considerarmos que o atendimento do referido alunado em classes comuns é a determinação privilegiada nos últimos anos, podemos

afirmar que ainda há muitos professores do sistema de ensino com pouca familiaridade teórica e prática sobre o assunto. Muitos deles, quando completaram seus estudos para o exercício do magistério, não tiveram acesso a esses conhecimentos, o que era tratado em estudos complementares realizados no geral em habilitações do curso de pedagogia (MANTOAN, 2006, p.58).

Sabe-se que a educação brasileira, na maioria das vezes, não é bem amparada no que se refere à formação profissional de qualidade, principalmente em regiões que não há um índice elevado de formação superior. A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviço. Assim, tratar o alunado com justiça e igualdade sem discriminação, o levará a um melhor entendimento do mundo, indiferentemente da deficiência apresentada, pois os mesmos fazem parte do todo, onde agrega-se a valores, como: forma de tratamento aos cidadãos e cidadãs que necessitam de atendimento especial, atualmente não valorizados e esquecidos, valores esses que fazem diferença no ato de cidadania. Pois a partir do momento em que a pessoa conhece seus deveres e direitos ele deixa de ser um cidadão de papel.

É importante ressaltar que é necessário agrupar os alunos sempre, pois o trabalho em conjunto incentiva a cooperação, a construção do espírito solidário e a troca de conhecimentos. O aluno com déficit de aprendizagem irá por muitas vezes copiar a tarefa do outro, para evitar que esse ato aconteça deve-se elaborar atividades, cujo, desempenhos sejam diferentes. O profissional não deve se preocupar somente com a desenvoltura individual, ou seja, é preciso analisar o conjunto de conhecimentos construídos pelo grupo.

É papel de todos identificar constantemente as intervenções e as ações desencadeadas ou aprimoradas para que a escola seja um espaço de aprendizagem.

A política educacional brasileira tem deslocado progressivamente para os municípios parte da responsabilidade financeira, administrativa e pedagógica pelo acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais, em decorrência do processo de municipalização do ensino fundamental (MANTOAN, 2006, p.51).

Este procedimento tem provocado alguns impactos no atendimento desse alunado, pois algumas prefeituras criaram formas de atendimento especializado, outras aplicam seus auxílios e serviços sociais de ensino, alguns consideram direito

apenas de matricular o aluno em suas redes de ensino, sem dar suporte necessário no que diz respeito a recursos didáticos apropriados, e ainda há prefeituras que desativaram alguns serviços prestados.

Refletindo sobre a política educacional, cabe lembrar que nem sempre os responsáveis pelo portador de necessidade especial são pessoas esclarecidas que tenham conhecimento sobre a demanda para lutar pelos direitos dos seus filhos. Assim sendo, há pais que ouvem e acreditam que seu filho não aprende por ser incapaz, ainda existe preconceito por parte de alguns pais ou responsáveis que não apostam na busca pela melhoria, pois acreditam que é investir em algo sem retorno.

Mediante a busca de informações no decorrer da pesquisa ficou esclarecido que o aluno com déficit de aprendizagem é um ser capaz de aprender, mas esse processo acontece a logo prazo, e que a colaboração e compreensão entre professor e colegas de classe auxiliarão de forma direta na ampliação da aprendizagem.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares de ensino não consiste apenas na permanência do ser no âmbito escolar, não é apenas a permanência na escola é um direito que não deve ser negado.

Segundo a LDB 1996, a educação especial é definida como uma modalidade de educação escolar. Compreende-se que é de fundamental importância que tais portadores sejam escolarizados a partir de um diagnóstico, começando pelo conhecimento prévio que subsidiará possíveis avanços no processo de aprendizagem.

A sociedade precisa de contribuintes que estejam dispostos a “abraçar” essa causa, garantindo ao portador de necessidade igualdade, liberdade e uma condição social passiva de respeito, e que esse aluno seja visto como um ser que necessita de mais cuidado, de mais intervenção, ao passo que, o profissional proponha situações que englobem no contexto educacional, validando as conquistas, pois a auto-estima do ser humano deve ser elevada para que o mesmo acredite no seu potencial e esteja disposto a continuar vencendo os desafios.

A referida pesquisa foi constituída de forma qualitativa, sabendo que esse tipo de pesquisa desenvolve, explora e visa obter informações necessárias, para possíveis resoluções de problemas. Com respaldo nas afirmações de Maria Tereza Mantoan, Rubem Alves; Rossana Ramos; Paulo Freire, pois todos esses autores

ressaltam a inclusão social como fator relevante para inserir o indivíduo na sociedade.

Depois de realizada a pesquisa-intervenção é chegada à hora de apresentar os resultados da mesma no formato de monografia, cuja estrutura apresento a seguir: Introdução, três capítulos e considerações finais. No Primeiro capítulo trato o processo da inclusão escolar, de ontem e de hoje, como prática social, respeito às diferenças, e o tempo das aprendizagens. No segundo capítulo a proposta de ensino ao aluno especial, a importância do planejamento individual, a reconstrução do conhecimento. No terceiro capítulo a análise dos dados obtidos, as causas e consequências do aluno com DI, e, por ultimo apresento as minhas considerações finais onde incentivar, desenvolver hábitos de cidadania e cooperação entre os alunos, são fatores imprescindíveis para distanciar-se do preconceito e da discriminação, com foco nas estratégias de aprendizagem, na investigação psicológica, no remanejamento das atividades propostas como prática educativa. Levando sempre em conta que o aluno é participante ativo nesse processo, e que a integração entre as partes é responsabilidade do professor.

CAPÍTULO I

INCLUSÃO ESCOLAR: A INCLUSÃO ONTEM E HOJE

1.1 O processo da inclusão

Afinal, o que é inclusão escolar?

Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino aprendizagem, independentemente de cor, classe social, condições físicas e psicológicas. Segundo Rossana Ramos,

Ter como filosofia da educação a base teórica construtivista, que leva em conta diferenças na aprendizagem dos indivíduos. Esse primeiro passo inspira todos os seguintes, porque o trabalho de inclusão só se torna possível se orientado por uma proposta teórica condizente com suas finalidades (RAMOS, 2006, p.13).

Sabe-se que o construtivismo tem como objetivo propor que o aluno participe ativamente do próprio aprendizado, com métodos de experimentação, desenvolvimento do raciocínio, pesquisa em grupo e etc. Segundo Ramos 2006, a educação pública instituiu as chamadas “classes especiais” que, embora estivesse dentro de escolas regulares, eram destinadas apenas a alunos portadores de deficiências no aprendizado.

Já Mantoan diz que o radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional, as escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para planejar, aprender, avaliar e etc (2003, p.15). Entretanto, pode-se imaginar o impacto da inclusão nos sistemas de ensino, ao supor, abolição do reforço escolar, das aulas de aceleração e etc? Certamente fatores esses relevantes no processo de ensino aprendizagem, especialmente para os PNEE.

Como falar de integração da diversidade se não aceitarmos as pessoas como são? Logo, falar de inclusão e não pensar em aceitação do diferente, das diversidades de modo ser, agir e pensar, é estar longe de superar a rigidez, a tolerância diante do novo, do diferente. Sabendo que, a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (MANTOAN, 2003, p.31).

Diante de tais considerações faz-se premente a construção de uma proposta pedagógica, capaz de assegurar os Direitos Humanos a dignidade humana e a cidadania dos estudantes com necessidades especiais.

E como trazer para a sala de aula debates e reflexões referentes aos Direitos Humanos, no contexto dos portadores de necessidades especiais? Sabe-se que não é tarefa fácil introduzir conceitos sobre os direitos adquiridos nesse âmbito, como também os direitos e deveres do cidadão, entretanto, relevante avaliar o processo de inclusão na escola, visando o conhecimento interdisciplinar necessário ao processo de inclusão, a flexibilização de métodos, currículos e etc. com foco nas necessidades diferenciadas de aprendizagem de cada aluno. Com tudo, é de fundamental importância a participação ativa de todos os envolvidos no processo, como os professores, pais e comunidade.

Ramos afirma que,

É preciso, portanto, em uma perspectiva didática inclusiva, considerar os diferentes modos e tempos de aprendizagem como um processo natural dos indivíduos, sobretudo daqueles com evidentes limitações físicas e mentais (RAMOS, 2006, p.8).

Diante desse pressuposto, entende-se que amadurecemos com o tempo, o indivíduo apresenta maneiras diferentes de assimilação, onde uns desenvolvem-se mais rápido que outros, adquirindo conhecimentos dele e do mundo com mais clareza. Em alguns casos, aqueles que se encontram com grau de dificuldade mental leve, moderada ou severa, poderão construir um conhecimento no tempo dele e com ponto de partida nos conhecimentos do senso comum.

Como ensina Paulo Freire (2009), os conhecimentos prévios do estudante devem ser considerados, pois as experiências que os mesmos têm referente aos problemas sociais existentes nas localidades onde vivem certamente os levarão a uma melhor compreensão do conteúdo, logo, discutir com eles na escola, seja através de projetos ou conteúdo didático, sobre a realidade local, estabelece “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais e o conhecimento social que eles têm como indivíduos.

Sabe-se que, incluir pessoas com deficiência em escolas regulares não é tarefa fácil, assim, a educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelos respeitos aos diferentes ritmos de aprendizagem (MANTOAN, 2006, p.40). Cabe ao mediador

aperfeiçoar suas práticas, apresentar soluções, como por exemplo: atividades lúdicas, grupos produtivos, dinâmicas que envolvam os participantes de forma interessante e gradativa, com foco nas diferenças étnicas, culturais religiosas, de gênero e etc.

Segundo Mantoan (2006), “o planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar”. Baseado nesse pressuposto será necessário aplicar atividades adaptadas, considerando os limites e as possibilidades do portador de deficiência, para que o mesmo venha usufruir dos direitos humanos e através disso exercer a cidadania. Ainda segundo a autora:

Uma das tarefas é identificar constantemente as intervenções e as ações desencadeadas e/ou aprimoradas para que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos os alunos. Isso exigirá novas elaborações no âmbito dos projetos escolares, visando ao aprimoramento de sua proposta pedagógica, dos procedimentos avaliativos institucionais e de aprendizagem dos alunos. É importante ainda uma atenção especial ao modo como se estabelecem as relações entre alunos e professores, além da constituição de espaços privilegiados para a formação dos profissionais da educação, para que venham a ser agentes corresponsáveis desse processo (MANTOAN, 2006, p.36).

A principal responsabilidade dos serviços educacionais consiste em buscar estratégias que garantam ao aluno com necessidades especiais possibilidades de aprendizagem com foco nos direitos humanos, a fim de que a cidadania seja realidade, e, por meio dela entender, respeitar e conviver com a diversidade. Desse modo cabe à coordenação, corpo docente, pais e alunos desenvolver um programa de ensino e aprendizagem voltado para valorização dos direitos humanos, salientando a relevância da aceitação das diferenças dos indivíduos, respeitando as leis que os amparam¹.

Sabe-se que é necessário a análise do projeto político-pedagógico, fator esse de responsabilidade de todos os envolvidos com a escola, pois o mesmo pode apresentar situação de exclusão. Assim sendo, já começa errado, quando o próprio processo, o guia de ensino, já não garante a integração, então, como discutir e debater em sala de aula uma diversidade de gênero, sexo, cultura etc? A educação

¹ A Constituição Federal determina que deve ser garantido a todos os educandos o direito de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um. (art. 208, V).

brasileira já promove reformas político-educacionais, onde trazem novos imperativos pedagógicos e curriculares, entretanto a dificuldade da prática é grande, diante dos impasses relativos aos recursos didáticos apropriados para os portadores de necessidades especiais.

Sonhar é preciso para que um dia seja concretizado, é o que a maioria dos indivíduos que se preocupa com os direitos humanos pensa, e acredita ainda na prática social, mesmo sabendo que existe a limitação individual de cada ser, onde os direitos de uns condizem com o direito do outro, e prevalece o exercício pleno da cidadania pela prática dos direitos civis, sociais e políticos.

Como mesmo diz o pedagogo, Rubem Alves, “se seu filho ou filha não aprender a conviver com a diferença, com os portadores de deficiência, e a ser companheiros e amigos, garanto-lhes: eles serão pessoas empobrecidas e vazias de sentimentos nobres” (2003, p.15). Conviver é viver bem, respeitando a diversidade, e todos têm o direito de viver bem, e em comunidade, independentemente de ser portadora de alguma deficiência, pois as mesmas fazem parte do mundo e têm direitos de estar aqui.

Entende-se que os problemas referentes aos preconceitos são alarmantes e “gritantes”, entretanto, deve-se buscar soluções para os mesmos, de maneira a distanciar-se ou até abolir essa prática abusiva. E por que não, iniciar esse processo desde os anos iniciais da vida? Pois as crianças são suscetíveis a informações, e ainda não têm ideia formada no que se refere aos direitos e deveres, sendo assim, cabe ao profissional da educação desenvolver propostas com saberes relacionadas à preservação da igualdade.

Vocês querem o melhor para o filho, para a filha. A melhor escola, os melhores professores, os melhores colegas. Vocês querem que filhos e filhas fiquem bem preparados para a vida. A vida é dura, e só sobrevivem os mais aptos. É preciso ter uma boa educação. Compreendo em “torcer o nariz” ao saber que a escola adotará uma política “estranha”, colocar crianças deficientes nas mesmas classes das “ditas” crianças normais (ALVES, 2003, p.11).

Entende-se que os pais desejam o melhor para o filho ou filha, e que é novidade para eles uma escola diferenciada, onde crianças de diferentes níveis e desenvolvimento participam do mesmo processo de ensino, entretanto compreender que a deficiência não é doença, não é tarefa fácil de aceitação, pois há décadas o preconceito e a discriminação faz parte da sociedade.

Na trajetória de vida há momentos, e nesses momentos a gente passa a ensinar, seja consciente ou não, o que se sabe. As gerações mais velhas ensinam as mais novas as receitas que funcionam, como, amarrar sapatos e etc. aquilo que um dia não sabia foi-me ensinado. Rubem Alves (2003, p.57), diz que “ninguém sabe como a linguagem foi ensinada nem como ela foi aprendida. A despeito disso, o ensino foi tão eficiente que não preciso pensar para falar”.

Inicialmente para adquirir hábitos de cooperação, com prática social, primeiro deve-se conscientizar a comunidade, pais, professores e alunos, sobretudo que a inclusão faz parte do processo ensino-aprendizagem, que o ser humano solidário respeita as diferenças, assim possam ingressar na busca de soluções para os portadores de necessidades especiais.

Contudo, entender que o fazer pedagógico esteja voltado para a construção do saber, com foco na inserção de pessoas que depende de ajuda para realizar determinadas atividades escolares, visando assim, não priorizar a aprendizagem dos conteúdos educacionais em detrimento da aprendizagem da vida; elaborar o plano didático não mais mediante a parâmetros preestabelecidos, mas levando em conta a realidade do aluno; não esperar “respostas” imediatas dos alunos portadores de necessidades especiais, pois os mesmos necessitam de um tempo maior para desenvolver-se.

“A DI é uma das deficiências mais encontrada em crianças e adolescentes, atingindo 1% da população jovem” (VANCONCELOS, 2004, p. 45).

A deficiência citada afeta o cognitivo, e com isso dificulta a aprendizagem, assim é de fundamental importância desenvolver estratégias com objetivo de minimizar os danos causados.

Nos últimos anos as estratégias de aprendizagem têm adquirido uma importância cada vez maior, tanto na investigação psicológica como na prática educativa. A princípio a psicológica era uma reprodução passiva do conhecimento perpassado pelo professor, hoje a realidade é outra. O aluno é participante ativo nesse processo, onde a ação pedagógica do professor em sala de aula é imprescindível, desde que o mesmo assuma seu papel como mediador e não como condutor.

Ainda segundo Vasconcelo, (2004, p. 80) “não há uma regra específica, se deve falar para os demais alunos da sala de aula se tem ou não um ou alguns alunos com deficiência. Cada situação é única” Dependendo de como grupo classe

e o professor acolhe estes alunos, haverá uma estratégia diferente. De acordo a Freire,

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo (1996, p.39).

O professor deve pesquisar e ampliar sempre seus conhecimentos, para melhor atender essa temática, a formação continuada é um fator imprescindível para que haja uma ligação no que diz respeito à teoria e à prática.

Contudo, como diz Rubem Alves (p.71) “a grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas dos fatos, dos conceitos.” Logo, garantir que as estratégias de ensino sejam elaboradas e organizadas baseadas nos recursos pedagógicos, ou seja, o planejamento precisa ser adaptado, para atender o aluno, considerando a diversidade, os limites e suas possibilidades, e que o mesmo garanta aos alunos plena participação, tornando-os cidadãos críticos, conscientes dos direitos humanos e assim exercer a cidadania.

Para Covre (1995, p. 23), “cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno, é exercer direitos com deveres.” A autora ressalta a cidadania no sentido amplo, pois leva em consideração não só as necessidades básicas, mas sim todos os níveis de existência. A mesma ainda cita que só há cidadania se o cidadão reivindicar seus direitos e respeitando os dos outros também. O professor ou professora pode tornar a sala de aula um local de construção e exercício de cidadania, com simples atitudes de convivência, levando o educando a pensar e desenvolver regras de relação, ou código de ética.

CAPÍTULO II

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A PROPOSTA DE ENSINO

2.1 Metodologia qualitativa de pesquisa

Diante dos problemas levantados, teve-se a intenção de desenvolver uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Sabe-se que a pesquisa qualitativa é um vasto campo de investigação. Para Demo (1994), “pesquisa qualitativa significa o esforço jeitoso de formalização perante uma realidade também jeitosa. Trata-se de uma consciência crítica da propensão formalizante da ciência, sabendo indigitar suas virtudes e vazios.” E dedica-se mais a aspectos qualitativos da realidade, sem desprezar os quantitativos. A mesma buscou investigar o que leva a exclusão, dos alunos com déficit de aprendizado na Escola Municipal Professora Constantina Vieira de Araújo-BA?

Sabendo que a pesquisa é uma maneira de formar e educar, realiza-se este trabalho com propósito de diagnosticar o problema acima citado, com intenção de fundamentar as ideias de alguns autores para buscar possíveis soluções, no que diz respeito à inclusão de alunos provenientes de alguma deficiência intelectual, com visão não só nas ideias pré estabelecidas pelos autores e ou educadores, mas sobretudo na reconstrução do conhecimento crítico e criativo do educando.

O ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução que não corresponde aos princípios inclusivos, pois não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência. Na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula (MANTOAN, 2003, p.35).

A referida pesquisa aconteceu mediante a observação sistemática, que é adequada para estudo de caso descritivo, onde o pesquisador sabe quais são os aspectos necessários para alcançar os objetivos pretendidos, os quais são voltados para os direitos humanos e cidadania. Durante a observação das aulas percebi que a inclusão muitas vezes vem sendo deixada de lado. Por analisar que a preocupação maior do professor é atingir o conteúdo do livro didático, pois o sistema

de ensino exige essa demanda, onde deveria focar na construção coletiva do conhecimento.

Com desejo de conhecer a sociedade melhor, onde estamos inseridos, utiliza-se da pesquisa social, pois a mesma falará algo real, se não, deixa de ser uma realidade social, utilizando métodos como a verificação, sabendo que é uma hipótese a ser definida e que, torna-se uma tese após ser verificada, contudo, embasado em observação empírica, pois a mesma retrata o cotidiano, os conhecimentos práticos (DEMO, 1995, p.34-35).

A presente investigação foi realizada na Escola Municipal Professora Constantina Vieira de Araújo, situada na Rua Pau de Pilão s/n, na cidade de Tapiramutá-BA, com vinte e oito alunos e alunas do 5º ano, e faixa etária entre nove e quatorze anos.

A escola é constituída de doze pavimentos cobertos, porém com acabamentos precários. É uma escola de pequeno porte, contendo quatro salas de aula, uma secretaria, um almoxarifado, uma cantina, uma biblioteca, três banheiros, um pátio, sendo que, há uma área descoberta para atividades recreativas. Atualmente tem vinte e três funcionários: uma diretora, duas vices-diretora, uma coordenadora, uma secretária, nove professores, quatro merendeiras, quatro ajudantes de limpeza, um porteiro.

Segmentos oferecidos pela instituição escolar são: educação infantil e fundamental I, e atende a uma clientela de duzentos e nove alunos, com faixa etária de quatro a dez anos, que é a idade ideal para o fundamental I, embora atenda um pequeno número de alunos com distorção de idade série, dentre uma faixa etária de onze a quatorze anos, na sua maioria, oriundos da periferia da cidade, filhos de lavradores e beneficiados do bolsa família.

A referida pesquisa atenderá alunos do 5º ano, sendo dezessete meninos e onze meninas, entre os citados há dois que apresentam um alto nível de dificuldades no aprendizado.

Para a coleta dos dados foi realizado observações e entrevistas. As quais possibilitaram compreender a resistência dos alunos em relação socialização e a integração. Cervo (1983, p. 32) diz que, “a entrevista é uma conversa orientada para se obter um conjunto definido. É recolher as informações através de interrogatório realizado com o sujeito participante da pesquisa”.

2.2 Contexto da Pesquisa

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental I Constantina Vieira de Araújo é pertencente à rede municipal de ensino, localizada no município de Tapiramutá - Bahia, CEP 44840-000. É um estabelecimento de ensino regular, mantido pela Prefeitura Municipal de Tapiramutá, criado pelo ato lei municipal Dec. Nº. 025/93 de 03 de fevereiro de 1993.

A mesma possui bons recursos tecnológicos e de multimídia, bem como bom material didático, porém estes ficam na secretaria dificultando assim a sua utilização para dinamizar, atualizar e ou diversificar o trabalho pedagógico. Neste sentido, a escola necessita ainda de uma sala de áudio-visual.

A unidade escolar visa um ensino inovador, no qual procura desenvolver progressivamente a autonomia dos seus alunos, desenvolvendo o pensamento lógico temático, a consciência das relações existentes nas diferentes formas de vida no mundo, mediante a posição de atividades lúdicas que promovam a sociabilidade, cooperação, responsabilidade, criatividade, curiosidade, espontaneidade, estimulando novas relações a partir do que já conhece respeitando a individualidade de cada um no processo ensino e aprendizagem. O Projeto Político Pedagógico tem como intuito inovar as ações a serem desenvolvidas dentro de uma contextualização de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

2.2.1 QUADRO 1- Dados cadastrais da Unidade Escolar

Unidade Escolar	Escola Municipal Profª Constantina Vieira de Araújo
Diretora	Adeciane Rosa Santos Costa
Vice- diretora	Isaltina Batista – Reijane Pires Brito
Endereço	Rua Pau de Pilão
E-mail	Escola11constatina@hotmail.com
Cadastro no Mec/Inep	29088496
Autorização de funcionamento	Dec. Nº 025/93 de 03.02.93
Classificação IDEB	4.8
Modalidade de ensino	Educação infantil fundamental I
Quantitativos de alunos	209
Quantitativo de funcionários	23

A Escola Municipal Profª Constantina Vieira de Araújo, localiza-se em uma área de periferia de classe. O prédio foi construído como o intuito de atender os alunos da Educação Infantil e do fundamental I. É uma escola de pequena estrutura física, que atualmente foi edificada pelo governo Municipal. Este investimento teve um impacto positivo para a comunidade, pois se tornou a expressão de um projeto de educação que visa a o reconhecimento, respeito e valorização da comunidade escolar e do município.

2.3 Participantes

A referida pesquisa foi realizada com alunos e alunas do 5º ano do Ensino Fundamental I, oriundos do bairro ou de bairros próximos a escola. Em sua maioria necessitados, proveniente de lares desestruturados pela falta de emprego ou atividade econômica.

2.4 Instrumentos e Materiais

São exemplos de instrumentos de pesquisa: ficha de entrevista para avaliação do aluno deficiente, textos com interpretação dos mesmos – com foco nos direitos humanos e cidadania.

2.5 Procedimentos de Construção de Dados

Foi escolhida a turma do 5º ano da referida escola para análise, pois a mesma compreende uma mediana clientela, no que se refere ao desenvolvimento das atividades propostas, mas havia um aluno que por mais diversidade de tarefas apresentadas pela professora, ainda não realizava em sala ou em casa, a partir disso foi observado que esse aluno não se relacionava com os demais da turma, como também não conversava e nem interagia. Diante desse desafio passou-se a procurar métodos de ensino que despertasse interesse no educando, visto que, ele só tinha a escola para poder ajudar, porque a responsável por ele deixou claro que mediante a deficiência ela não sabia como ajudá-lo.

Logo após a observação, foi conversado com a diretora da instituição para saber se o aluno foi aparado por algum órgão responsável por crianças que apresentam deficiências, onde descobriu que sim, ele havia participado da APODES, instituição instalada na cidade para atender crianças e jovens que apresentam deficiências diversas.

Após o diagnóstico de rede, foi solicitado pela professora regente, a própria pesquisadora, que a turma toda passasse a ajudar aos colegas que tinham dificuldades nas atividades realizadas em sala, onde parte dos alunos concordou com a proposta. Assim, passou-se a realizar atividades em duplas, trios e grupos. Para haver uma troca de conhecimentos maior.

2.6 Procedimentos de Análise de Dados

Será realizada com a turma atividades de leituras, interpretação textual em duplas e trios para saber qual a aceitação da turma no que diz respeito à interação entre colegas, após isso será realizado a correção das atividades desenvolvidas nesse processo no coletivo, em forma de correção com revisão. Como também com

debates através da Tertúlia Dialógica Literária, que já é uma prática de ensino da rede. Pois a mesma leva o aluno ao melhor entendimento, abre caminhos viajando nas letras, pois é realizada com livros da literatura infanto-juvenil, onde os pequenos leitores demonstram o que entenderam da leitura realizada, como também relatam fatos da vida cotidiana, associando com as imaginárias.

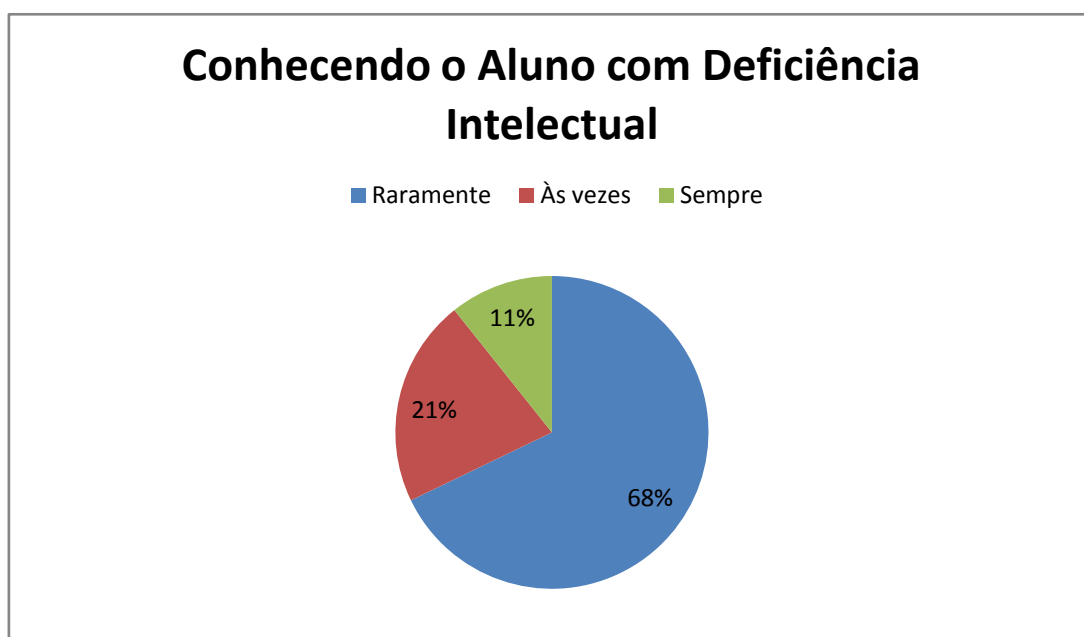
CAPÍTULO III

CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

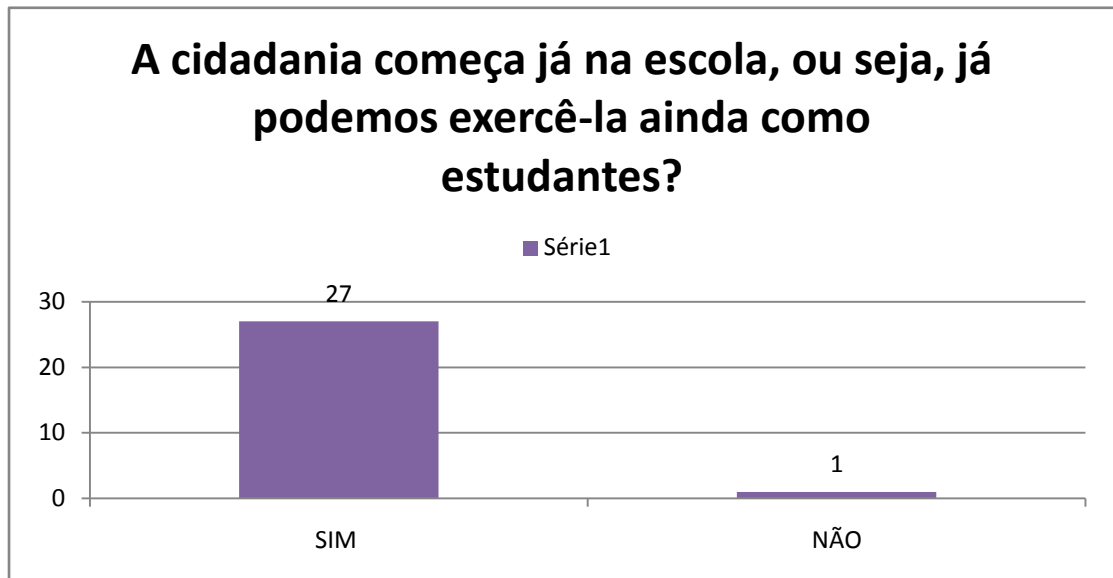
3.1 Apresentação de dados

De acordo a coleta de dados, realizada através de interpretação textual, questionários, debates, descobriu-se que os alunos com deficiência intelectual não são aceitos pelo grupo, e com isso vem dificultando o trabalho do professor, assim como, o desenvolvimento do aluno especial, pois este se sente excluído e desmotivado.

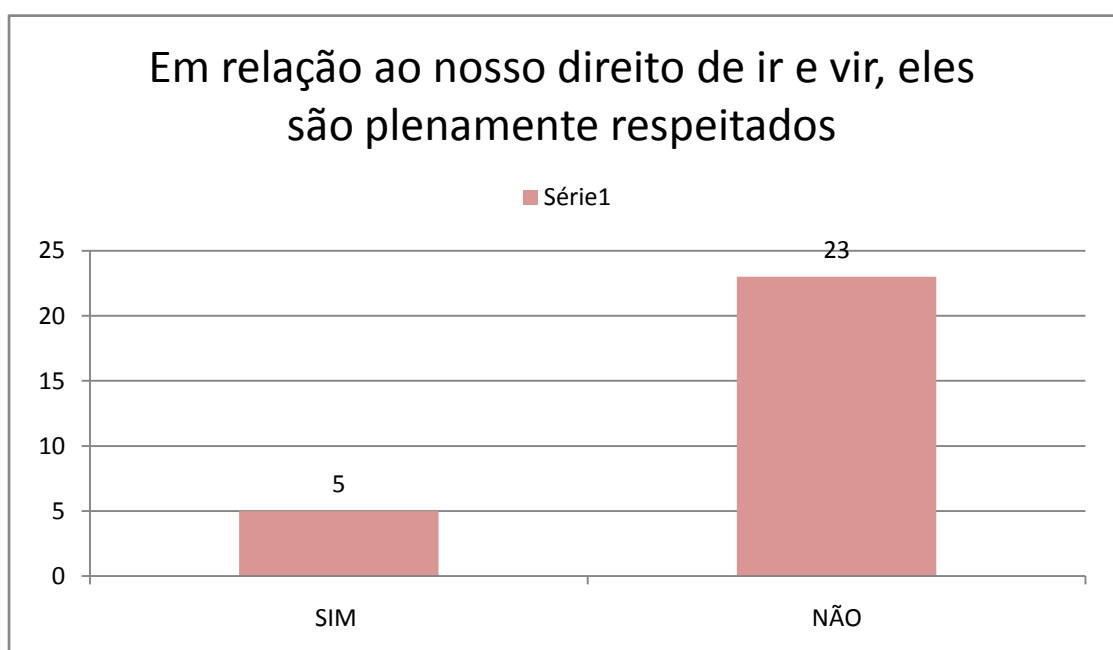
Gráfico 1



A partir de uma ficha diagnóstica realizada em sala pode perceber que a maioria dos alunos atestou que raramente precisa de auxílio para alimentar-se, vestir-se, calçar-se e etc. E que às vezes necessita de explicações diversas sobre o conteúdo, como também ajuda no passo a passo das atividades escolares. E alguns alunos relataram que sempre necessitam de auxílio na comunicação para poder exprimir-se ou dar sentido nas suas vontades básicas.

Gráfico 2

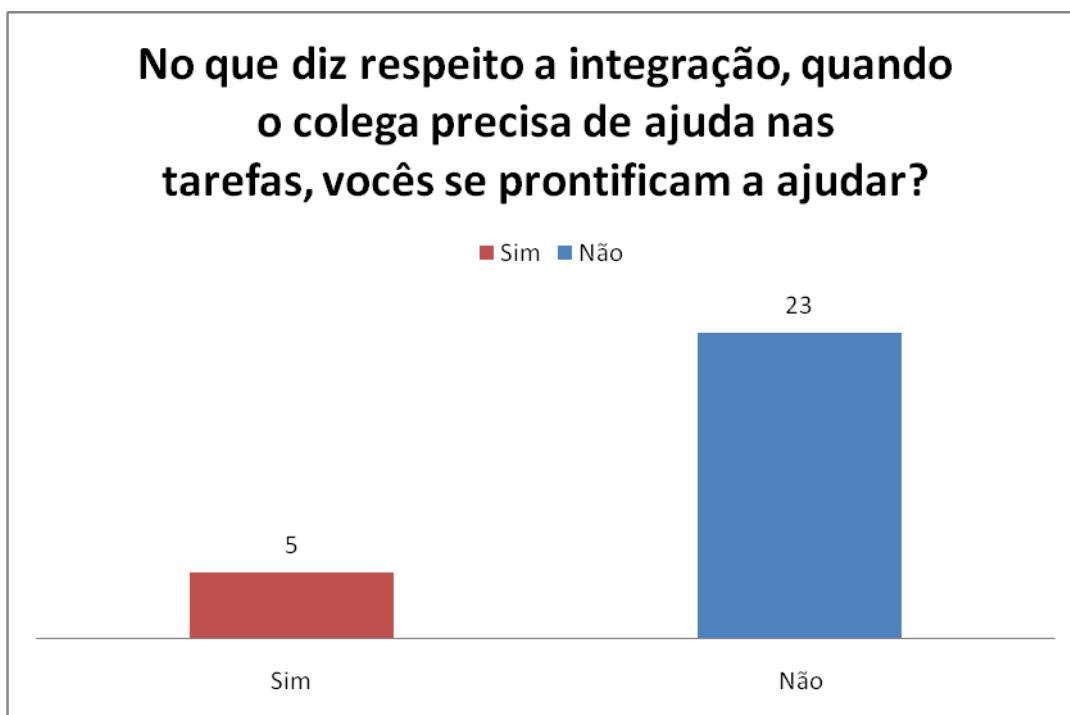
Quase a totalidade dos alunos respondeu que a cidadania começa na escola, seja no momento das atividades recreativas, no pátio da escola, com os funcionários e etc. E diante do relato percebe-se que a turma está aberta para novos conhecimentos.

Gráfico 3

Os alunos estão habituados a ouvir que os nossos direitos, em relação à

liberdade de locomoção, estão cada vez limitados e ameaçados, seja pela falta de segurança pública, falta de acessibilidade às pessoas que necessitam, desrespeito ao cidadão com o descaso referente ao dinheiro público e etc. Assim, uma parte dos alunos assinalou que nossos direitos de ir e vir não são plenamente respeitados.

Gráfico 4



A questão acima, realizada pela turma, diagnosticou que a maioria dos alunos não desenvolveu ainda o hábito de cooperar com o colega em sala de aula, sabe-se que nessa fase em que os alunos se encontram, quinto ano do fundamental I, há resistência nesse âmbito, pelo fato da concorrência por notas, a aceitação dos colegas que apresentam dificuldade no aprendizado. Foi detectado esse fator através de observações, debates, tertúlias literárias, discussões em sala.

Mediante as leituras de textos, foram realizadas interpretações textuais e perguntas referentes aos direitos humanos e cidadania, para certificar-se se os alunos estão aptos a desenvolverem hábitos de interação e cooperação diante das atividades propostas em sala de aula, como também apresentações de relatos de livros, tertúlia literários e debates. Como forma interação com colegas, sendo estes ditos “normais” ou os que apresentam alguma deficiência.

3.2 Discussão dos resultados

Após a recolha dos dados e do tratamento estatístico, e levando em conta os resultados obtidos é importante a realização da discussão dos resultados, com propósito de pleitear e interpretar os resultados, sem perder de vista a questão da investigação. Importa referir que o âmbito desta temática e de acordo com a pesquisa realizada, alcançou-se resultado significativo no que diz respeito à pesquisa empírica.

Comparando-se os resultados encontrados com a análise das respostas obtidas dos alunos, como ficha de avaliação e questionário, foram encontradas diferenças nas respostas apresentadas pela turma, no que se refere aos indivíduos provenientes de alguma deficiência. Mas, na quase totalidade da turma investigada, entende-se que eles estão desenvolvendo o senso crítico em relação às atividades aplicadas e resolvendo as questões com autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na caminhada ficou claro que a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais em turmas regulares de ensino é um ponto importante, sendo ela determinante no desenvolvimento do aprendizado, na interação entre pessoas, na cooparticipação e etc. Fatores esses relevantes na formação do indivíduo, sabendo que não há tempo determinado para adquirir as aprendizagens da vida.

Momentos de socialização e integração, com os alunos pesquisados, são importantes para o bom andamento das aulas e para o desenvolvimento da turma, na busca de uma aceitação de indivíduo independentemente de suas particularidades existentes, no que se refere a qualquer tipo de deficiência. Com isso, os alunos podem desenvolver hábitos de cidadania, de cooperação e ser um respeitador das diferenças.

Ramos (2006) aponta que um importante passo, para o desempenho dos alunos, é agrupá-los a todo o momento, pois o trabalho conjunto incentiva a cooperação, a construção do espírito solidário e a troca de conhecimentos (p.18).

Nesse sentido, verificamos que as atividades didático/pedagógico realizadas com os alunos do quinto ano da Escola Constantina Vieira, como também sua continuidade, buscou sempre instigar, incentivar, desenvolver hábitos de cidadania e cooperação entre os alunos, sendo estes portadores ou não de deficiências. Entretanto, sabe-se que muito tem a fazer nesse âmbito, pois o preconceito e a discriminação fazem parte do cotidiano do alunado.

E mediante aos estudos científicos, vê-se que as estratégias de aprendizagem têm adquirido uma importância cada vez maior, tanto na investigação psicológica como na prática educativa. A princípio a psicológica era uma reprodução passiva do conhecimento perpassado pelo professor, hoje a realidade é outra. O aluno é participante ativo nesse processo, onde a ação pedagógica do professor em sala de aula é imprescindível, desde que o mesmo assuma seu papel como mediador e não como condutor.

Por meio dos questionários aplicados, pudemos perceber que os alunos “ditos” normais têm resistência em aceitar, sem discriminar, o aluno proveniente de alguma deficiência. Sobretudo pelo fato de que a própria sociedade, o poder público

o discrimina, quando não implanta políticas educacionais públicas que visem a atender com qualidade as demandas desse aluno.

Mantoan (2006) diz que dois desafios de imediato estão colocados para os sistemas de ensino e para a sociedade brasileira: fazer que os direitos ultrapassem o plano do meramente instituído legalmente e construir respostas educacionais que atendam às necessidades dos alunos (p. 69).

Contudo percebe-se que as mudanças a ser implantada devem ser assumidas como parte da responsabilidade, tanto da sociedade civil, quanto dos representantes do poder público, garantindo assim, a qualidade de vida do portador de necessidade, no que diz respeito aos direitos humanos e cidadania.

No momento das atividades aplicadas, em sala de aula, a maior parte dos alunos afirmou que os direitos de ir e vir do cidadão são plenamente respeitados, agora em relação à integração, a maioria não se prontifica a ajudar o colega na hora das atividades escolares.

Concluimos que, projetos voltados para a inclusão e interação, são bem aceitos e valorosos, com práticas de participação coletiva, educação inclusiva, com propósito de melhoria de qualidade de vida para as pessoas que necessitam de atendimento especial. Visto que, seja uma prática educacional garantir os direitos com defesa de igualdade para todos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Conversas sobre educação**. Campinas – São Paulo: Versus, 2003.
- COVRE, M. de L. M. **O que é cidadania**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DEMO, P. **Pesquisa e construção, do conhecimento - metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª edição Revista e ampliada. São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.
- RIBEIRO, V. M. **A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico**. São Paulo: Educação e Sociedade, 1999.
- SANTOS, B.S. **Um Discurso Sobre a Ciência Pós-moderna**. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, maio/agosto. 1990.
- SILVA, S.T. da. **Identidades Terminais**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SOUSA JUNIOR, J. G. de; SOUSA, N. H. B de. Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação. In: **Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural**. (Módulo 8). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 05 de agosto/2015.
- THIOLLENT, M.J.M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis – 1982.
- VASCONCELOS, M. M. **Retardo mental**. Porto Alegre: Jornal de pediatria v. 80, n.2, p. S71-S82. Abr. 2004.
- <http://www.institutoinclusaobrasil.com.br/>
- <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/ensaiospedagogicos.txt>

APÊNDICES

A – COMPREENSÃO TEXTUAL: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

ESCOLA CONSTANTINA VIEIRA DE ARAÚJO

5º ANO – PROFESSORA – ADALEIDE NUNES

ALUNO (A) _____ DATA _____

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Cidadania é o exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais, é saber dizer obrigado, desculpe, por favor e bom dia quando necessário. Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de praticar uma religião sem ser perseguido. Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar lixo fora da lixeira, não destruir o patrimônio público ou de uso público, etc. É lutar por seus direitos, mas também é cumprir seus deveres.

Por trás desse comportamento, está o respeito aos demais, pois a prática da cidadania envolve muito mais a coletividade do que o individual (embora também o seja). O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade e não uma dádiva dos poderosos.

DIREITOS DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

Em relação aos direitos do cidadão eles fazem parte dos direitos humanos, mas são basicamente os direitos civis (liberdade de pensamento, de religião, de ir e vir, direito a propriedade, direito a liberdade contratual, direito a justiça, etc.), lazer, os quais nada mais são do que a amplificação dos direitos humanos que ao longo do tempo foram sendo incorporados, geralmente após muita luta, inclusive com derramamento de sangue. A luta de direitos humanos permanece ambígua e deturpada. É o caso do Brasil. As gerações mais jovens não viveram os anos da ditadura militar, mas certamente

ouviram e leram a respeito da defesa dos direitos humanos em benefício daqueles que estavam sendo perseguidos por suas convicções ou militância política, daqueles que foram presos, torturados. A questão dos direitos da cidadania diz respeito a ordem jurídica-política de um país, no qual uma Constituição define e garante quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em função de uma série de variáveis tais como a idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal etc.

Os direitos do cidadão não são direitos naturais, são direitos criados e devem necessariamente estar especificados num determinado ordenamento jurídico. Já os Direitos Humanos são universais no sentido de que aquilo que é considerado um direito humano no Brasil, também deverá sê-lo em qualquer país do mundo, porque eles se referem à pessoa humana na sua universalidade. Por isso são chamados de direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana, porque existem antes de qualquer lei, e não precisam estar especificados numa lei, para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos.

Países filiados à tradição ocidental, não se aceita mais a prática da escravidão nem o trabalho infantil nem a tortura. É claro que existe o ideal e o real; a escravidão é um absurdo, mas ainda há trabalho escravo em lugares distantes no interior do Brasil. O trabalho infantil é outro absurdo, mas há crianças vivendo e sendo exploradas nas ruas das maiores capitais do Brasil.

Quais são esses DH? Direito à vida, à liberdade, a ser tratado com dignidade (sem tortura ou crueldade), direito a uma justiça verdadeira, ou seja, são os mais básicos direitos básicos que todo ser humano deve ter, sem distinção de etnia, nacionalidade, sexo, raça, classe social, nível de instrução, cor, religião, opção sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral. Mas a não-discriminação por julgamento moral é uma das mais difíceis de aceitar.

EXERCÍCIOS

1- Comente a expressão: “..a prática da cidadania envolve muito mais a coletividade do que o individual (embora também o seja)...”

2- O texto estabelece diferença entre direitos humanos e direitos do cidadão? Comente.

3 – Em relação ao nosso direito de ir e vir, eles são plenamente respeitados?

SIM () NÃO ()

4 - A cidadania começa já na escola, ou seja, já podemos exercê-la ainda como estudantes?

SIM () NÃO ()

5 - Cidadania envolve apenas direitos ou também deveres? Comente

6 – No que diz respeito à integração, quando o colega precisa de ajuda nas tarefas, vocês se prontificam a ajudar?

SIM () NÃO ()

B – FICHA DE AVALIAÇÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO-INFORMAÇÃO ALUNO ESPECIAL

Escola: _____
 Disciplina: _____ Data: ____/____/_____.
 Professor(a): _____
 Aluno: _____ Turma: ____ ano

Conhecendo o Aluno com Deficiência Intelectual

6. Demonstra opinião sobre os assuntos do cotidiano da escola e da comunidade.

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Raramente

7. Outra habilidade: _____

Indicar os desafios a superar:

1. Necessita de apoio ao vestir-se e despir-se, calçar-se e durante a higiene corporal e a alimentação.

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Raramente

2. Necessita de auxílio na comunicação para poder exprimir-se e/ou dar sentido àquilo que diz e ter suas vontades básicas entendidas.

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Raramente

3. Necessita de explicações mais de uma vez e de diversas maneiras.

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Raramente

4. Necessita de antecipação de informações sendo acompanhado no passo a passo das atividades escolares.

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Raramente

5. Necessita do uso de computador e/ou de letras móveis, de imagens recortadas, pois apresenta dificuldades motoras.

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Raramente

6. Outro desafio: _____

Indicar o uso da comunicação na Língua Portuguesa:

☐ O aluno faz leitura de imagens e se expressa por meio de desenho; faz leitura de símbolos e de ícones, mas não lê palavras.

☐ O aluno faz leitura de imagens, interpreta e compreende se apoiando nos desenhos, reconhece as letras do alfabeto; escreve algumas palavras solicitando frequentemente que as mesmas sejam soletradas e/ou silabadas ou consultando-as no vocabulário de apoio.

C – TEXTO SOBRE A CONFIANÇA

Quero voltar a confiar!

Arnaldo Jabor

Fui criado com princípios morais comuns: Quando eu era pequeno, mães, pais, professores, avós, tios, vizinhos, eram autoridades dignas de respeito e consideração. Quanto mais próximos ou mais velhos, mais afeto. Inimaginável responder de forma mal educada aos mais velhos, professores ou autoridades... Confiávamos nos adultos porque todos eram pais, mães ou familiares das crianças da nossa rua, do bairro, ou da cidade... Tínhamos medo apenas do escuro, dos sapos, dos filmes de terror... Hoje me deu uma tristeza infinita por tudo aquilo que perdemos. Por tudo o que meus netos um dia enfrentarão.

Pelo medo no olhar das crianças, dos jovens, dos velhos e dos adultos. Direitos humanos para criminosos, deveres ilimitados para cidadãos honestos. Não levar vantagem em tudo significa ser idiota. Pagar dívidas em dia é ser tonto... Anistia para corruptos e sonegadores...

O que aconteceu conosco? Professores maltratados nas salas de aula, comerciantes ameaçados por traficantes, grades em nossas janelas e portas. Que valores são esses? Automóveis que valem mais que abraços, filhas querendo uma cirurgia como presente por passar de ano. Celulares nas mochilas de crianças. O que vais querer em troca de um abraço? A diversão vale mais que um diploma. Uma tela gigante vale mais que uma boa conversa. Mais vale uma maquiagem que um sorvete. Mais vale parecer do que ser... Quando foi que tudo desapareceu ou se tornou ridículo?

Quero arrancar as grades da minha janela para poder tocar as flores! Quero me sentar na varanda e dormir com a porta aberta nas noites de verão! Quero a honestidade como motivo de orgulho. Quero a vergonha na cara e a solidariedade. Quero a retidão de caráter, a cara limpa e o olhar olho-no-olho. Quero a esperança, a alegria, a confiança! Quero calar a boca de quem diz: "temos que estar ao nível de...", ao falar de uma pessoa. Abaixo o "TER", viva o "SER". E viva o retorno da verdadeira vida, simples como a chuva, limpa como um céu de primavera, leve como a brisa da manhã!

E definitivamente bela, como cada amanhecer. Quero ter de volta o meu mundo simples e comum. Onde existam amor, solidariedade e fraternidade como bases. Vamos voltar a ser "gente". Construir um mundo melhor, mais justo, mais humano, onde as pessoas respeitem as pessoas. Utopia? Quem sabe?... Precisamos tentar... Quem sabe comecemos a caminhar transmitindo essa mensagem... Nossos filhos merecem e nossos netos certamente nos agradecerão!

Atividades

- 1- Segundo o texto, o que significa ética e cidadania?
- 2- A Constituição, que é a lei máxima no Brasil, tem sido cumprida? Justifique sua posição.
- 3- "... Construir um mundo melhor, mais justo, mais humano, onde as pessoas respeitem as pessoas". Diante desse trecho, o autor refere-se à que?
- 4- Conceitue o termo democracia.
- 5- Na sua opinião, qual foi a intenção do autor ao escrever o texto?
- 6- Selecione cinco palavras ou expressões que, segundo o autor, descrevem o Brasil.
- 7- Como ocorreu o processo eleitoral no Brasil? Pesquise em livros, internet e depois façam um debate entre a turma.
- 8- Relacione o texto com a democracia no Brasil atual.
- 9- Segundo o autor, o brasileiro tem noção clara dos comportamentos éticos e morais adequados, mas vive sob o mundo da corrupção? Justifique.
- 10- Pesquise e elabore um texto que retrate a história da formação da cidadania no Brasil.
- 11- Procure expressar o que você entendeu da relação entre moral e liberdade, usando os seguintes conceitos: consciência moral, juízo, escolha e liberdade.
- 12- Embora os termos ética e moral usados no texto sejam usados como sinônimos, façam uma distinção entre eles.
- 13- Baseado no texto, crie uma música, paródias ou poesia mostrando a importância de ter os direitos assegurados.
- 14- Pesquise historicamente como aconteceu e se desenvolveu ao longo do tempo a democracia no Brasil.
- 15- Votar é uma forma de lutar pelos direitos humanos? Relacione o direito à liberdade de expressão e opinião com a consciência política.

Silvane de Salles Malaquias- Equipe PIP/CBC SRE Curvelo

D – DIFERENÇAS

as diferenças

O garoto André Loducca, de 10 anos, fica muito triste com as brincadeiras dos colegas, que adoram dizer que ele é magro. Pelo motivo oposto, Renato Stefane, de 10 anos, já brigou com os amigos. "Fico muito chateado quando me chamam de gordo, baleia, cabeçudo ou não me escolhem para o futebol", revela Renato, que acredita que o importante é o que a gente tem por dentro. Ele diz, também, que os gordinhos são os que mais sofrem preconceito.

Para a garota Alice Passos Tufolo, de 7 anos, é muito feio ter preconceito.

Somos diferentes — Às vezes, é preciso passar por alguma situação chata para descobrir como é difícil lidar com o preconceito. A garota Luísa Guarnieri, de 7 anos, aluna da Escola Caravelas, em São Paulo, já passou por uma situação dessas.

Ela conta que sua mãe levou uma amiga do trabalho para casa e que todos saíram para jantar numa pizzaria. Só que Luísa não gostou nem um pouco de ter saído para jantar. "A amiga da minha mãe tinha uma corcunda igual à do Corcunda de Notre-Dame e eu fiquei morrendo de vergonha de sair com ela", lembra. Dias depois, a mesma pessoa visitou Luísa, só que desta vez levou algo para aproximá-las: uma caixa cheia de balas e bombons. "Percebi que ela é legal e que gosta das mesmas coisas que eu", conclui.





A colega de Luísa, Maria de Almeida Shirts, de 7 anos, também já teve atitudes preconceituosas. Na rua de Maria, moram muitas crianças negras, só que Maria não gostava de brincar com elas porque elas eram negras. "Minha mãe conversou muito comigo", conta Maria, que depois disso passou a brincar com as outras crianças e a perceber que a única diferença entre elas era a cor.



Assim como Maria, muitas crianças já perceberam que as pessoas são diferentes, mas que isso não é motivo para as considerarmos melhores ou piores. Existem pessoas negras, brancas, amarelas; de religiões diferentes; gordas, magras, tímidas, de lugares e sotaques diferentes.



Tampouco é vergonhoso admitir que já teve alguma atitude preconceituosa. De acordo com Tereza Cristina Cruz Vecina, psicoterapeuta de crianças, todos nós temos preconceito e todos nós somos diferentes, até no formato da unha. "O preconceito envolve a questão das diferenças", esclarece a psicoterapeuta. "E as crianças falam tudo o que sentem, vêem e percebem."



Por isso é muito importante aprender a aceitar os colegas de classe, do prédio ou da rua, independente das suas diferenças.

Ana Holanda. Revista Zê.
São Paulo: Pinus, ano 3, n. 25, set. 1998.

ANEXOS

ACEITE INSTITUCIONAL

A Sra. ADECIANE ROSA SANTOS COSTA, *diretora* da Escola Municipal Professora Constantina Vieira de Araújo, está de acordo com a realização da pesquisa *“INCLUSÃO DE ALUNOS COM DI EM TURMAS REGULARES, NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CONSTANTINA VIEIRA DE ARAÚJO, NO PERÍODO DE 2014 A 2015, COMO DIREITO A TER DIRETOS E CIDADANIA”*, de responsabilidade da pesquisadora ADALEIDE NUNES DA SILVA VIEIRA aluna de *especialização* no Departamento de Psicologia no Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural, da Universidade de Brasília, realizado sob orientação de *Profª Drª Maria Helenice Barroso*.

O estudo envolve a realização de *ficha de avaliação e textos com interpretação* com alunos e alunas do 5º ano. A pesquisa terá a duração de dois meses, com previsão de início em agosto e término em outubro.

Eu, ADECIANE ROSA SANTOS COSTA, *diretora responsável* da Escola Municipal Professora Constantina Vieira de Araújo, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Tapiramutá, 10 de agosto de 2015.

Nome da responsável pela instituição

Assinatura e carimbo da responsável pela instituição
